

ATA Nº 02/2026

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA INSTÂNCIA MINEIRA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO RIO DOCE – IMPS/DOCE

Aos dias 29 e 30 do mês de abril do ano de 2026, reuniram-se, respectivamente às 13h e às 9h, na APCEF – Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal, R. Ilda Damasceno Simões - nº 310 - Cardo, Gov. Valadares - MG, 35024-490, a Instância Mineira de Participação Social do Rio Doce – IMPS/Doce, instituída pela Portaria Conjunta nº 1, de 22 de outubro de 2025, como instância de natureza informativa e consultiva destinada a promover espaços e mecanismos de participação e controle social no acompanhamento das obrigações e ações previstas no Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, homologado pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Processo nº 0156420-07.2024.1.00.0000.

Como cumprimento inicial, a Cáritas Governador Valadares realizou momento de mística com os representantes dos onze territórios atingidos que compõem a instância.

A seguir, a sessão foi aberta por Luísa Lacerda Cançado Schneider, que, após cumprimentar os presentes, informou o objetivo da reunião e agradeceu aos presentes.

Para fins de registro, **consignou-se a presença dos(as) representantes das comunidades atingidas, nos termos do art. 5º, inciso I, da Portaria Conjunta**, sendo: representante de Mariana, Mirella Regina Lino Sant’Ana (suplente); representantes de Barra Longa, Simone Silva (titular) e Adriana Aparecida Freitas (suplente); representantes de Rio Casca e adjacências, Simone de Fátima Nunes (titular) e Silvio Martins Soares (suplente); representantes do Parque Estadual do Rio Doce, Sandra Maria Vasconcelos (suplente); representante do Vale do Aço, Moises Gomes da Silva (titular) e Maria Madalena da Silva (suplente); representante de Governador Valadares, Ilha Brava e Baguari, Ageu José Pinto (titular) e José Alves da Silva (suplente); representantes de Tumiritinga e Galiléia, Marilúcia Gonçalves (titular) e Marlene Ferreira Martins (suplente); representante de Conselheiro Pena, Maria Célia Albino (titular); representante de Resplendor e Itueta, Marília Vieira de Almeida (titular) e Renato Correia de Oliveira (suplente); e representante de Aimorés, Emmerson Madeira Cruz (titular) e Benilde Madeira (suplente).

Em seguida, registrou-se que estiveram presentes os integrantes do Poder Público, segundo o art. 5º, inciso III, sendo: representantes da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG Matheus Eduardo Braga Lopes Bragança Silva (titular) e Thaís Cristina Lopes de Araújo Vilas Boas (suplente); representantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, Renato Teixeira Brandão e Natalia Silva de Souza (suplente); representante Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG, Dra. Shirley Machado de Oliveira (suplente); Também constou a participação da Defensoria Pública de Minas Gerais, representada pelo Dr. Bráulio Santos Rabelo do Araújo.

Ademais, registrou-se a presença dos convidados com direito a voz, previstos no art. 6º da normativa mencionada, que integraram a reunião: Franciele Fedrizzi e Laura Lima, da AECOM; Julia Albrecht, Leonado Bastos e Isabela Raquel Ramos Iensen, do LACTEC, todas representantes das auditorias externas independentes.

Registra-se presença também de órgãos técnicos quais foram convidados a participar sendo esses: **SEPLAG**, representada por Igor Machado; **SES** na figura de Thiago Rodrigues e Ana Julia Andrade; representando a **SEDE** houve a presença de Glaucia Fonseca e Emanuel Henrique Ferreira de Souza; também houve presença da **EMATER** com Gilmar Gonçalves de Oliveira; e da **SEAPA**, representada por Julian Carvalho e Gustavo Coimbra.

Houve, ainda, o comparecimento das Assessorias Técnicas Independentes: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) Barra Longa e Médio Rio Doce, Cáritas Diocesana de Governador Valadares; Cáritas Diocesana de Itabira; Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais; Centro Agroecológico Tamanduá (CAT) e Centro Rosa Fortini, **bem como demais participantes, conforme lista de presença, que compõe o Anexo II desta ata.**

Procedeu-se à leitura e apreciação da ordem do dia, composta pelas seguintes pautas:

1. **Mística, abertura e informes;**
2. **Plano Estadual de Saúde (SES);**
3. **Acompanhamento da solução alternativa de abastecimento para populações ribeirinhas (AECOM);**
4. **Ordenamento Pesqueiro (SEMAD);**
5. **Pauta livre**
6. **Coopera+: Fomento ao associativismo (SEDE);**
7. **Assistência Técnica Rural – Anexo 18 (EMATER e SEAPA).**

Após a abertura da reunião e da apresentação dos pontos de pauta, passou-se para os informes da 3ª Reunião Ordinária da IMPS/Doce.

De modo inicial, foi feito informe sobre o convênio da estrada de Piedade de Ponte Nova. Matheus Braga, membro representante da SEPLAG, trouxe que foi celebrado convênio com o Município de Ponte Nova, onde restaram estabelecidas medidas de melhoria e de manutenção da estrada que dá acesso ao distrito de Piedade de Ponte Nova.

Outro informe realizado tratou sobre atualizações acerca da estrada de Chopotó e Gesteira. Matheus Braga informou que já está sendo feita a manutenção da estrada de Chopotó, com encascalhamento. Também falou que a mesma medida será realizada na estrada de acesso ao quilombo de Gesteira, com previsão de início da atividade no mês de maio.

Outro informe foi sobre a contratação das empresas responsáveis pela execução do Gerenciamento de Áreas Contaminadas (GAC) em Minas Gerais. Foi informado a todos e todas que houve publicação do termo de referência para contratação da empresa responsável.

Foi informado também sobre o compartilhamento da minuta de ofício acerca da importância da participação nos conselhos municipais de saúde e de assistência social, a ser assinada pelos representantes da IMPS/Doce. De modo unânime, houve concordância com a minuta apresentada e, assim, posterior assinatura do documento.

Em seguida, passou-se para o primeiro bloco de pauta. Este foi iniciado com apresentação da SES sobre o Plano Estadual de Saúde. Ana Júlia, da SES, contextualizou que o planejamento foi realizado a partir de uma lógica de rede, debatendo sobre o orçamento previsto para cada ente. Houve também investimento na saúde primária, e compartilhou-se a previsão de consolidação de unidades básicas de saúde.

A seguir, foram apresentadas informações sobre o ordenamento pesqueiro. Renato Brandão, da SEMAD, trouxe os elementos que fundamentaram o ordenamento em vigor e discutiu sobre a ocorrência de maior presença de espécies exóticas no Rio Doce do que de nativas. Trouxe que há previsão de medidas de proteção de áreas de preservação permanente. Também versou que as ações possuem caráter de monitoramento para que seja futuramente avaliado se existirá melhor equilíbrio entre espécies exóticas e nativas; caso positivo, será possível rever a normativa que prevê a proibição da pesca de espécies nativas.

Abriu-se, em seguida, para as perguntas referentes às apresentações realizadas.

Sandra comentou que falta a execução das medidas previstas e trouxe que existe anseio para que as políticas cheguem logo ao território.

Sílvio perguntou se houve a presença de pescadores na elaboração das normativas do ordenamento pesqueiro. Também perguntou à saúde se há monitoramento das medidas em rede e comentou que os municípios não executam os planos da forma que deveriam. Perguntou ainda se os conselhos municipais vão ser espaços fiscalizados. Reclamou sobre as medidas de transparência das ações que as prefeituras executam com a verba do Acordo do Rio Doce e sobre a construção da pauta da reunião.

Maria Célia perguntou quais são as medidas para povos e comunidades tradicionais e sobre o que vem nos kits de saúde divulgados. Também falou sobre o centro de hemodiálise anunciado perto de Conselheiro Pena, trazendo a importância da medida.

Mirella refletiu se o plano de apoio em saúde passou pelo conselho próprio; caso não tenha sido feito, questionou se é possível executá-lo sem o aceite formal. Também comentou que foram prometidas conferências para debate, mas não houve esse retorno. Trouxe que sentiu falta de medidas para saúde mental. Questionou se há previsão de medidas de priorização para as pessoas atingidas. Também perguntou se é possível compartilhar os itens que compõem o kit de saúde a ser fornecido às prefeituras a partir do Plano Estadual.

Simone Silva trouxe que o Plano Estadual de Saúde não foi aprovado pelo Conselho Federal de Saúde, tendo havido mera ciência. Falou que as conferências prometidas não foram realizadas. Reclamou sobre a falta de participação das pessoas atingidas e pontuou que as

prefeituras não escutam as pessoas atingidas, de modo que não há espaço para debater medidas efetivas. Perguntou se há previsão de medidas específicas para povos e comunidades tradicionais.

Ana Júlia, da SES, agradeceu as contribuições e mencionou a necessidade de ser realizado diagnóstico das medidas previstas para que futuramente sejam alocados recursos de modo efetivo para prevenir, ao invés de tratar. Trouxe sobre as medidas de cada ente, falando que, no momento, é possível debater sobre as medidas que ficaram sob responsabilidade do Estado, e que haverá monitoramento da execução dessas medidas a cada quatro meses.

Ana Júlia também tratou sobre os povos e comunidades tradicionais. Versou que não é possível construir uma estrutura de atendimento apenas para esse público, mas falou sobre as ações ligadas ao acesso dessa população, tal como a atuação de agentes de saúde. Em resposta ao questionamento sobre o que compõe o kit de saúde, falou que será compartilhada a portaria com os itens que o compõem, podendo cada município escolher o que está precisando.

Sobre a aprovação dos planos, falou que foi feita a partir da aprovação dos planos municipais e do plano federal. Considerando as atribuições complementares, foi possível concluir que as medidas seriam adequadas para esse primeiro ciclo.

Simone Silva solicitou a realização de audiência pública com o Ministério Público sobre o tema da saúde no Município de Barra Longa, face à dificuldade de diálogo com a prefeitura sobre o tema.

Luísa, Secretária-Executiva da IMPS/Doce, sugeriu o encaminhamento de ser realizado um documento com a forma de funcionamento da instância, face ao fato de que a pauta foi construída tendo por base acordos firmados em momentos prévios, havendo garantia de tempo hábil para solicitação de pedidos de pauta.

Renato comentou sobre a pergunta do Sr. Sílvio. Falou que houve um momento de realização de pesquisas em que houve participação de pescadores, mas que, na elaboração do texto da normativa, isso não foi possível. Também trouxe que está sendo estudada a criação de um comitê participativo na bacia do Rio Doce com os pescadores para debater sobre as medidas de pesca de forma participativa, a partir dos dados que estão sendo levantados e da perspectiva dos pescadores. Falou que, nesse momento, foi feita apenas uma revisão da portaria, mas que futuramente há a expectativa de se ter um novo momento participativo a partir do comitê.

Dra. Shirley falou que, na pauta da saúde, é necessário pensar no fortalecimento das medidas de monitoramento envolvendo as pessoas atingidas. Informou que já foi feito um pedido para que todos os municípios prestem contas ao Tribunal Regional Federal, em específico para que seja possível compreender onde o dinheiro do acordo foi aplicado. Falou sobre a possibilidade de incluir a atualização da pauta do monitoramento como encaminhamento.

Renato perguntou sobre os projetos previstos para pescadores. Reclamou que há muitos projetos para as prefeituras, mas que são poucas as ações previstas diretamente para os pescadores e as pescadoras.

Agéu perguntou se essas medidas em saúde estão sendo construídas em conjunto com o Conselho Federal de Saúde. Compartilhou a preocupação de haver medidas sobrepostas que não sejam efetivas. Perguntou sobre a executabilidade da farmácia móvel apresentada. Pediu a elaboração de materiais informativos sobre as medidas apresentadas para que seja feito o acompanhamento e possíveis cobranças.

Sobre a pesca, Agéu falou que faltam medidas mais efetivas para toda a cadeia da pesca, inclusive para os comerciantes.

Simone Nunes perguntou sobre a água e como será feito o monitoramento assegurando a qualidade dela.

Moisés falou que faltam anúncios de projetos para pescadores. Falou sobre a adutora de água, que, quando foi realizada, teve a justificativa de fornecer água para Valadares.

Emmersom indagou sobre as informações de qualidade da água e versou sobre a necessidade de prevenir doenças ao invés de tratar. Também explanou que o espaço onde foram debatidas as construções de normativa sobre pesca não é acessado pelo público-alvo.

José Alves perguntou sobre o Pró-Pesca. Trouxe que os pescadores são muito importantes nessa temática para a construção das medidas. Falou também que há realmente maior existência de peixes exóticos e demonstrou preocupação com o repovoamento de peixes sem a existência de tratabilidade da água.

Adriana falou sobre a falta de medidas previstas em saúde para Barra Longa. Perguntou sobre como foram feitas as construções das propostas e trouxe que são necessárias medidas para atendimento de pessoas com autismo. Indagou sobre como vai ficar a manutenção, ao longo do tempo, das unidades básicas de saúde. Também questionou o motivo pelo qual não há previsão de execução de exames toxicológicos para verificar a relação entre os rejeitos, a contaminação e as doenças.

Sandra falou sobre a necessidade de realização de medidas para melhor compreensão sobre as categorias de pescadores e perguntou se haverá momento de consulta em território.

Thaís Vilas Boas, da SEPLAG, falou que o ordenamento pesqueiro possui o caráter de tratar sobre os espécimes de peixes existentes no Rio Doce e sobre qual a melhor forma de se voltar a um equilíbrio. Porém, compreende a necessidade de apresentar projetos para pescadores, solicitando que a SEAPA esteja presente na próxima reunião da Instância para tratar sobre o assunto.

Thaís Vilas Boas também falou que as medidas que ficaram para o Estado de Minas possuem o caráter de olhar para os espécimes e para a diversificação. Falou que as medidas para as pessoas pescadoras ficaram prioritariamente com a União, devendo o acordo ser interpretado de modo conjunto.

Também reforçou que as apresentações são encaminhadas após a IMPS para que possa ser feito o repasse detalhado sobre o que foi apresentado. Versou que as ações de monitoramento sobre a contaminação da água e de possíveis efeitos são um tema multidisciplinar. Comentou que, no âmbito do Eixo 6, antes do acordo judicial de repactuação, foram realizados estudos de contaminação de peixes e da água. Já na vigência do acordo atual, a Anvisa emitiu recomendações de consumo com base nos estudos realizados anteriormente.

Em seguida, Thaís Vilas Boas falou que estão sendo previstos estudos de impactos à população. Os estudos em saúde ficaram sob o cargo do Ministério da Saúde do Governo Federal.

Renato frisou que existem outros projetos no âmbito da pesca para além do ordenamento pesqueiro. Além disso, informou que a União está trabalhando em projetos para pescadores. Falou que é possível fazer um levantamento sobre as medidas em andamento. Comentou que, em relação ao questionamento sobre a contaminação, a Anvisa é o órgão responsável por orientar a questão do consumo do peixe na bacia do Rio Doce.

Renato Brandão trouxe que olhar para a qualidade da água para reprodução é importante, visto que abrange a bacia como um todo. Comentou que atualmente não há documentação que ateste prejuízo na reprodução dos peixes.

Renato Brandão explicou que, em medidas de repovoamento, os locais foram selecionados para fins de reprodução e posterior soltura ao longo da bacia do Rio Doce. Falou que vão ter editais para organizações sociais executarem ações de reflorestamento e conservação in situ.

Ana Júlia, da SES, falou que a lógica do plano é utilizar a verba para construção e manutenção dos projetos que vão ser construídos, para que seja possível a utilização da infraestrutura a longo prazo.

Falou que é necessária a atualização da comunicação entre os usuários do sistema para que as medidas cheguem de modo efetivo ao território. Falou também que o monitoramento já foi previsto, mas que, através do conselho CET, é possível fazer a apresentação sobre o que já está sendo debatido sobre o assunto.

Sobre o ponto de pauta da saúde, consolidou-se o encaminhamento de ofício solicitando a criação de fórum com a população atingida no CET para debater as políticas em saúde. A IMPS pedirá a elaboração de proposta de apresentação das medidas de monitoramento das ações em saúde.

A seguir, houve entrega oficial de ofício solicitando atualizações sobre o PG-31 e PG-32, também com pedidos de informações sobre políticas voltadas ao saneamento básico.

Igor, da SEPLAG, falou que houve o recebimento da demanda e que a empresa que lidará com o pleito foi contratada, ficando para momento posterior uma devolutiva sobre o assunto.

Como pauta da próxima reunião, será debatido o ofício apresentado ponto a ponto, versando sobre as medidas em construção para saneamento básico.

Em seguida, passou-se para o tema de solução alternativa definitiva para o abastecimento de água para a população ribeirinha, prevista no PG-32. A AECOM passou à apresentação, versando que as medidas contemplam interligação com a rede pública, soluções coletivas, soluções condominiais e soluções individuais. Para verificação, a auditoria realizou auditoria documental e em campo, verificando se houve efetivamente a execução das medidas relatadas pela Samarco.

Sílvio perguntou sobre medidas para introdução da juventude no mercado de trabalho.

Sandra solicitou a presença da Samarco na próxima reunião.

Luísa falou que o convite poderá ser feito.

Simone Silva reclamou sobre a ausência de informações sobre Gesteira. Reclamou também sobre a falta de transparência acerca dos exames sobre a água e dos laudos de saúde. Falou que a comunidade quilombola de Gesteira não se sente confortável com o fato de os resultados serem apresentados apenas para as prefeituras. Pediu para que seja feita visita técnica em Gesteira para verificação das medidas de água.

Thaís Vilas Boas contextualizou que a última pauta apresentada não diz respeito ao fornecimento público de saúde nem de água. Falou que o assunto se restringiu aos programas voltados para as populações ribeirinhas.

A auditoria AECOM falou que existem medidas de acompanhamento em Barra Longa, havendo uma em Gesteira de modo individual.

Dra. Shirley falou que é importante se atentar à pauta apresentada. Pediu para que, na próxima reunião, seja discutida a origem do ponto de solução individual que existe em Gesteira, para compreender como surgiu.

Agéu falou que esse programa é um elefante branco em Valadares, porque não há atendimento em Governador Valadares.

Sandra pediu para que seja informado mensalmente às pessoas sobre o andamento dessas medidas que vêm sendo acompanhadas.

Thaís Vilas Boas respondeu que o Anexo 19 trouxe obrigações de conclusão de ações que já estavam em andamento, não havendo inovação. Também falou que, no Estado, está sendo elaborada uma página no Portal da Transparência com a divulgação dos laudos de auditoria.

Dra. Shirley perguntou sobre os andamentos das reuniões entre as auditorias e as ATI's para apresentação dessas informações.

Como encaminhamento, será feita a divulgação das reuniões da AECOM com as ATI's, sobre o formato e a expectativa de conteúdo.

Renato perguntou o motivo da diferenciação entre a origem da água entre os indígenas Krenak e a população de Itueta e Resplendor.

José Alves pediu para que a próxima reunião tenha pauta da pesca, sobre os projetos previstos, ficando como encaminhamento a apresentação da visão geral do anexo que versa sobre o assunto da pesca.

Dra. Shirley pediu que a SEMAD apresente, na próxima reunião, se houve andamento no estabelecimento do fórum da pesca para acompanhamento e participação de pescadores na realização de novos estudos para ciclo futuro de ordenamento.

Simone Silva questionou sobre o retorno em relação aos maquinários. Também falou que não concorda com a medida prevista para a estrada de Gesteira, mencionando que encascalhamento não resolve e pedindo asfaltamento. Falou da necessidade de existência de psicólogos em escolas municipais.

Thaís Vilas Boas falou que o retorno dado para a estrada foi em razão de medida emergencial, mas que está sendo anotado o pedido de asfaltamento para que seja estudada a viabilidade futura a partir de um banco de projetos.

Dr. Braulio falou sobre a previsão de professores para pessoas autistas, destacando que há legislação específica e que as defensorias públicas podem ser acionadas, inclusive em políticas que vêm sendo construídas na reparação.

Agéu pediu que seja elaborado um ofício às prefeituras sobre a utilização dos kits de máquinas entregues para as estradas. O objetivo é frisar que elas sejam utilizadas em zonas rurais de comunidades atingidas.

Como encaminhamento, ficou definido que a Secretaria-Executiva elaborará uma minuta de ofício sobre o uso dos kits de máquinas voltados às áreas rurais atingidas. Após assinatura por parte dos membros, ele será encaminhado para os municípios.

Mirella pediu para que, na próxima reunião, seja debatido o Anexo 1, principalmente sobre tombamento e desapropriação.

Maria Célia perguntou para as IJ's quando haverá informações sobre o programa para mulheres. Também perguntou sobre o PG-17, pedindo para que seja apresentado. Falou que existe a necessidade de trazer a Samarco para debater.

Sandra perguntou sobre as medidas de revisão do edital da EMATER para os kits fotovoltaicos e o motivo pelo qual há medidas para as prefeituras. Também perguntou sobre a questão do custeio da instância.

Thaís falou que as medidas não se confundem, podendo haver duas medidas de energia fotovoltaica diferentes, baseadas em anexos distintos.

Dra. Shirley mencionou que ainda não houve avanços significativos em relação ao custeio da instância. Até o momento, está garantida a verba de execução através do Anexo 6. Também trouxe informações sobre o processo de desapropriação e de tombamento. O estudo está sendo elaborado para compreensão sobre quais medidas são devidas em cada região. Como encaminhamento, o MPMG encaminhará o mapa de desapropriação junto com o comunicado.

Também falou sobre o processo de construção da devolutiva sobre o PG-17, fornecimento de silagem. Destacou que já existe essa movimentação de construção de entendimento para posterior apresentação na IMPS/Doce.

Sobre o programa para mulheres, falou que está sendo divulgada a consulta pública sobre a minuta de termo de referência para contratação de entidade gestora para pagamento individual para mulheres consideradas como dependentes no cadastro da Fundação Renova, acima de 16 anos à época do rompimento e que ainda não obtiveram nenhum tipo de indenização. Após essa fase, serão analisados grupos específicos de mulheres que ainda não foram abarcadas.

Simone Silva pediu a elaboração de vídeo contendo informações sobre o programa das mulheres para compartilhar nas redes sociais, a fim de diminuir as fake news no território.

Após pausa, a pauta foi retomada no dia 30/04 com atualizações sobre a adesivação dos kits de máquinas solicitadas no dia anterior. Gustavo, da SEAPA, informou que foi realizada a comprovação da adesivação de todos os maquinários. Após questionamento sobre se os maquinários continuariam adesivados ou não, houve compromisso em continuar verificando a situação e de que, caso haja denúncia de maquinário sem a identificação adequada, o Estado irá atuar com verificação e possível resolução para que tudo esteja devidamente identificado. Também foi informado que está para ser lançado um novo padrão de identificação para os itens da reparação, com a identificação adequada.

Também foram informadas atualizações dos encaminhamentos voltados para o edital da EMATER sobre a distribuição de micro usinas fotovoltaicas. Gilmar falou que as sugestões tiradas durante a 2ª RO da IMPS/Doce foram aceitas. Atualizou que, em razão do período eleitoral, as inscrições serão feitas, mas a divulgação do resultado ocorrerá apenas ao final do ano, sendo os kits entregues no ano de 2027. Atualizou que houve um esforço de divulgação no portal da EMATER com um compilado informando quem foi aceito e onde houve instalação. Há também nova medida de transparência em relação aos inscritos não beneficiados, havendo retorno sobre os motivos que levaram à negativa para que sejam

corrigidos. Trouxe também que já está havendo atendimento da EMATER nos municípios sem sede da instituição.

A seguir, Júlia, da SEAPA, iniciou sua apresentação para apresentar contrato firmado em conjunto com a EMATER com o objetivo de fazer assistência técnica rural para comunidades que estão dentro do escopo do Anexo 18. Falou que os projetos de assistência devem partir dos produtores, sendo a EMATER um apoio à concretização da visão que cada produtor rural possui. Falou que o acompanhamento será contínuo para verificar se houve efetividade na concretização dos projetos propostos. A proposta é iniciar os trabalhos em relação a esse projeto em 20 de maio.

Simone Silva questionou o motivo pelo qual há medidas que vão ficar suspensas considerando o período eleitoral. Pediu para que as instituições de justiça possam ver um caminho para fazer as medidas ocorrerem sem pausa em razão do período eleitoral.

Também expressou desejo de concretização das medidas apresentadas, questionando se a EMATER irá resolver o CAR de Barra Longa, e pediu acompanhamento para que haja efetividade da medida. Solicitou que a EMATER vá a Barra Longa. Também falou sobre a falta de previsão de ida da instância a Barra Longa.

Thaís Vilas Boas contextualizou que a escolha dos locais das futuras reuniões não partiu do Estado. Foi realizada solicitação de indicação às ATI's, tendo sido seguido o que foi sugerido.

José Alves falou sobre visita que a SEAPA e a EMATER, em conjunto com a SECEX/IMPS, realizaram nas comunidades, falando da importância de se identificar as produções. Pediu para que as visitas sejam realizadas em mais ilhas. Também pediu informações sobre o motivo pelo qual algumas fazendas receberam placa solar e outras não.

Sílvio mencionou que existem pessoas atingidas para além da mancha de enchentes, levantando que é necessário haver um olhar para essas pessoas.

Madalena também questionou a mancha, inclusive por ser área de APP. Questionou também sobre a exigência do CAF e do CAR. Falou que há pouca estrutura de pessoal da EMATER para concretizar essas medidas.

Thaís Vilas Boas falou que as ações da EMATER não vão ser feitas apenas a 100 metros da calha do rio. Contextualizou que falar em mancha de inundação significa abranger toda a região que sofreu enchente em 2022, acrescida de mais 100 metros. Também explicou que as medidas poderão ser acessadas se a propriedade tiver uma pequena parte dentro da mancha. Também falou que, para o projeto em discussão, houve uma preocupação de atender o público previsto no Anexo 18, mas que haverá outro momento, com fundamentação no Anexo 12, com projetos voltados para além da mancha

Julian falou que será feito através da EMATER para que seja possível atender o território, inclusive com contratação específica de pessoal para os atendimentos. Falou também sobre a vinculação desse projeto com o Anexo 18, inclusive em relação ao seu público-alvo.

Thaís Vilas Boas reforçou que o CAR e o CAF não serão requisitos obrigatórios, mas que a EMATER irá facilitar o cadastramento. Thaís Vilas Boas falou também que existem iniciativas para além do Anexo 18. No Anexo 12, será possível atender o público para além da mancha com projetos específicos a partir do ano que vem. Também falou da impossibilidade de continuar as entregas durante o período eleitoral em razão da lei eleitoral.

Dr. Braulio também reforçou que é importante cumprir a lei eleitoral, vista a preocupação de não utilizar a reparação para propaganda política.

Como encaminhamento, o Estado irá passar para as Instituições de Justiça o parecer de vedação de entregas realizado pela AGE.

Moisés solicitou que a EMATER possa fazer a divulgação do projeto em âmbito municipal para que a medida efetivamente chegue de modo individualizado.

Maria Célia parabenizou a iniciativa da EMATER em relação a escutar os proprietários sobre o que querem de concretização de projetos individuais. Falou também da necessidade de atender o público-alvo de modo efetivo ao invés de atender pessoas para além do previsto pelo anexo.

Mirella perguntou sobre a metodologia de execução, em específico sobre a recuperação da área de produção. Falou que onde há lama não existe produção, pedindo para levar isso em consideração. Também alertou que houve casos em que pessoas tinham os requisitos para ingressar com os pedidos, mas que houve negativa.

Marlene falou que existe insegurança em mandar a documentação para a EMATER, vista a possibilidade de haver documentos que sumam. Perguntou se os projetos vão ser financiados pelo agricultor ou não.

Adriana solicitou que haja nivelamento de informações entre os técnicos da EMATER para que as informações cheguem de modo uniforme. Falou que há dificuldade de acesso de produtores que estão dentro de áreas consideradas urbanas. Falou que, em Barra Longa, houve dificuldade na retirada do CAF.

Ana Paula, da Cáritas Itabira, falou que as assessorias estão trabalhando em notas técnicas sobre a definição dos critérios. Falou que, no estabelecimento do acordo, não houve preocupação em verificar os elementos da realidade dos atingidos para revisitar os critérios elaborados, em específico em relação ao fotovoltaico. Também falou sobre o PTR, mencionando os critérios existentes.

Thaís Vilas Boas também versou que já houve uma movimentação de adequação dos critérios para o edital de usinas fotovoltaicas. Sobre a nota do PTR, contextualizou que essa medida ficou com o Governo Federal. Falou que o acordo não permite ampliar o público das medidas previstas pelo Anexo 18.

Julian falou que há regras para emissões de CAF, trazendo que é necessário compreender os profissionais que podem ser responsabilizados caso não sigam os critérios previstos. Também comentou que, dentro desse projeto, serão vistas todas as formas possíveis de concretizar a ideia do produtor, mas será necessário analisar o caso particular para verificar se há realmente viabilidade do projeto.

Simone Silva solicitou que a EMATER vá ao quilombo de Gesteira.

A seguir, passou-se para a pauta de apresentação do Coopera+, em que Glaucia, da SEDE, contextualizou que o projeto a ser executado no SEBRAE possui o objetivo de atender o público de microempreendedores, assim como grupos produtivos informais. Falou que a expectativa é executar capacitações a partir do interesse das pessoas atingidas. Também haverá medidas para eixos de cooperação. Haverá ainda eixo voltado para gestão, monitoramento e avaliação, com o objetivo de avaliar os resultados. Falou da importância da instância para que a SEDE e o SEBRAE possam ser notificados de possíveis ajustes a serem realizados. Sobre a comunicação, o SEBRAE irá publicar um site com a divulgação das medidas. Está sendo pensado um informativo sobre o programa para a instância apoiar na divulgação. Comentou que o projeto também está em fase final de cooperação com a UFV para apoiar as associações e cooperativas em relação a aspectos técnicos e jurídicos de regularização.

Trouxe também a importância do diálogo entre as instituições e as pessoas atingidas para a efetividade do programa, destacando que a IMPS/Doce é um caminho para que as pessoas atingidas possam divulgar as medidas para a população e trazer retorno, solicitando ajustes ou acompanhamento do que está em andamento.

A SEDE irá encaminhar para a SECEX os editais abertos, e a Secretaria-Executiva irá encaminhar às ATI's as informações relativas aos editais de estímulo à venda em feiras e supermercados. Com a medida, espera-se que as ATI's divulguem em território as oportunidades.

Agéu comentou que existem muitas associações e cooperativas sem regularização. Perguntou quais são as medidas voltadas para o indivíduo e quais são coletivas.

Glaucia comentou que as ações da UFV vão ser voltadas para as cooperativas, enquanto as do SEBRAE focarão em ações individualizadas. A UFV irá apoiar nos passos para regularização, mas não possui condições de cobrir o valor das taxas.

Adriana mencionou que, em Barra Longa, não foi feita associação dos feirantes em razão de brigas internas, mas que atualmente há essa vontade. Falou que os comerciantes não foram

escutados nem indenizados. Destacou que é necessário investimento financeiro para que os comerciantes possam se restabelecer.

Glaucia colocou que existem editais abertos que podem ser concorridos. Falou que a SEDE está aberta a reuniões com as ATI's para discutir formas de melhor moldar as medidas do Coopera+ às necessidades da população atingida e à divulgação do programa.

Maria Célia perguntou como será o fluxo da consulta de diagnóstico que a UFV realizará, se vai ser somente na IMPS ou se haverá momento junto às comissões territoriais.

Glaucia falou que será feito um diagnóstico pela UFV e que é possível verificar com a universidade um diálogo com as comissões durante esse processo.

Como encaminhamento, a SEDE irá organizar junto à SECEX/IMPS o contato para viabilizar a ida da UFV às comissões territoriais durante o período do diagnóstico.

Ao final da reunião, houve a entrega de ofício por parte dos representantes do Território 04 para a Secretaria-Executiva da IMPS/Doce, pedindo pavimentação e manutenção das estradas rurais presentes no município de Alpercata, em especial na comunidade de Córrego Preto. Também solicitaram para que os projetos debatidos possam chegar às comunidades.

Simone questionou o motivo pelo qual as reuniões não são transmitidas de modo simultâneo.

Ana Paula contextualizou que as assessorias técnicas independentes não possuem estrutura para realizar a transmissão simultânea.

Simone falou da dificuldade de todas e todos ficarem a par dos debates da instância somente via ata e relatos dos representantes, pedindo para que o Estado verifique essa possibilidade.

Agéu concordou com a fala de Simone sobre a necessidade de estruturar a viabilidade de transmissão simultânea da instância.

A SECEX irá avaliar as possibilidades de transmissão simultânea das reuniões da instância e dará retorno para os membros em reuniões futuras.

Os encaminhamentos desta reunião foram sistematizados em anexo. Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 12h30min. Lavrou-se a presente ata, que será encaminhada aos participantes para ciência e posterior aprovação.

Governador Valadares, 30 de abril de 2026.

Presidente/Coordenador(a) da Reunião
Secretaria-Executiva – SEPLAG

Anexo I: Encaminhamentos da Reunião

Encaminhamento	Responsável
3RO_1 – A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG) encaminhará à Secretaria-Executiva da IMPS/Doce a relação detalhada dos itens que compõem o kit de saúde. A SECEX/IMPS realizará o compartilhamento das informações com os membros da Instância.	SES/MG
3RO_2 – A Secretaria-Executiva da IMPS/Doce elaborará material explicativo sobre os fluxos de funcionamento da Instância, com o objetivo de orientar a participação dos membros nas atividades e procedimentos da IMPS/Doce.	SECEX/IMPS
3RO_3 – As Instituições de Justiça verificarão, junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), as definições acerca da fiscalização da aplicação dos recursos do Acordo pelos municípios e encaminharão devolutiva à Secretaria-Executiva da IMPS/Doce para compartilhamento com os membros.	Instituições de Justiça
3RO_4 – A Secretaria-Executiva da IMPS/Doce elaborará minuta de ofício, a ser assinada pelos membros da Instância e encaminhada ao Comitê Especial Tripartite (CET), solicitando apresentações periódicas sobre o monitoramento das ações em saúde previstas no Programa Especial em Saúde do Rio Doce, nas esferas municipal, estadual e federal.	SECEX/IMPS

3RO_5 – A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG/MG) e o Comitê Estadual de Minas Gerais (CEMG) apresentarão devolutiva, na próxima reunião da IMPS/Doce, acerca dos ofícios encaminhados pela AEDAS sobre saneamento (Anexo 09 e Programas 31 e 32 do Anexo 19), contemplando, especialmente, informações sobre Santo Antônio do Rio Doce (Território 8) e Pedra Corrida, no município de Periquito (Território 3).	SEPLAG
3RO_6 – O Comitê Estadual de Minas Gerais (CEMG) apresentará devolutiva sobre o monitoramento, tratamento e medidas previstas no Acordo relacionadas ao abastecimento de água do Quilombo de Gesteira e do Quilombo de Barreto, no âmbito do extinto PG-32.	CEMG
3RO_7 – O Comitê Estadual de Minas Gerais (CEMG) apresentará devolutiva sobre o calendário de realização de reuniões periódicas entre as auditorias e as Assessorias Técnicas Independentes (ATIs), com previsão de início pela auditoria socioambiental AECOM.	CEMG
3RO_8 – O Estado de Minas Gerais realizará, na próxima reunião ordinária da IMPS/Doce, apresentação sobre o Anexo 10 – Pesca.	SEPLAG e SEMAD
3RO_9 – A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG/MG) encaminhará à Secretaria-Executiva da IMPS/Doce	SEPLAG e IMPS

minuta de ofício a ser direcionada aos municípios, reforçando as diretrizes para utilização das máquinas do kit máquinas, com destaque para o atendimento prioritário às populações atingidas na zona rural. A SECEX/IMPS realizará o encaminhamento conjunto do documento.	
3RO_10 – As Instituições de Justiça prestarão esclarecimentos acerca dos questionamentos específicos a serem encaminhados pelos atingidos sobre o Anexo 1, o Anexo 2 e o Programa para Mulheres.	Instituições de Justiça
3RO_11 – O Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) encaminhará à Secretaria-Executiva da IMPS/Doce o mapa constante no Apêndice 1.7 do Anexo 01 do Acordo, bem como o comunicado referente aos estudos fundiários, para compartilhamento com os representantes de Mariana na Instância.	MPMG
3RO_12 – O Comitê Estadual de Minas Gerais (CEMG) informará devolutiva sobre o status e o prazo de finalização da obrigação de fornecimento de silagem referente ao extinto PG-17, no âmbito do PTIP.	CEMG
3RO_13 – Os representantes do território de Barra Longa encaminharão à Secretaria-Executiva da IMPS/Doce justificativa para realização de visita ao	Representantes do território de Barra Longa

território pelos membros do poder público integrantes da Instância.	
3RO_14 – A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG/MG) encaminhará às Instituições de Justiça o parecer da Advocacia-Geral do Estado (AGE) acerca das restrições eleitorais relacionadas às ações do Acordo.	SEPLAG
3RO_15 – A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE/MG) encaminhará à Secretaria-Executiva da IMPS/Doce informações referentes aos editais abertos de estímulo à comercialização em feiras e supermercados, para compartilhamento com os membros da Instância.	SEDE
3RO_16 – A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE/MG) verificará, junto à Universidade Federal de Viçosa (UFV), a possibilidade de inclusão, na etapa de diagnóstico, de momento de diálogo com as comissões territoriais, encaminhando devolutiva à Secretaria-Executiva da IMPS/Doce.	SEDE
3RO_17 – Após a conclusão do manual de identidade visual das medidas de reparação previstas no Acordo, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG/MG) o	SECEX/IMPS

encaminhará à Secretaria-Executiva da IMPS/Doce para compartilhamento com os membros da Instância.	
--	--

Anexo II: Lista de presença